

20  
22

MARCELA JOELSONS **LEI**  
**GERAL DE**  
**PROTEÇÃO**  
**DE DADOS**

FRONTEIRAS DO LEGÍTIMO INTERESSE

2022 © Editora Foco  
**Autora:** Marcela Joelsons  
**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira  
**Editor:** Roberta Densa  
**Assistente Editorial:** Paula Morishita  
**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias  
**Revisora:** Simone Dias  
**Capa Criação:** Leonardo Hermano  
**Diagramação:** Ladislau Lima e Aparecida Lima  
**Impressão miolo e capa:** FORMA CERTA

1220826

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

J641 Joelsons, Marcela  
Lei geral de proteção de dados: fronteiras do legítimo interesse / Marcela Joelsons. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.  
244 p. ; 17cm x 24cm.  
Inclui índice e bibliografia.  
ISBN: 978-65-5515-489-4  
1. Direito. 2. Direito digital. 3. Lei Geral de Proteção de Dados. I. Título.  
2022-658 CDD 340.0285 CDU 34:004

---

**Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito digital 340.0285
2. Direito digital 34:004

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações e erratas:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (04.2022) – Data de Fechamento (04.2022)

**2022**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.  
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova  
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP  
E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA .....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
PREFÁCIO .....	VII
APRESENTAÇÃO.....	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XV
I. INTRODUÇÃO .....	1
2. PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O LEGÍTIMO INTERESSE COMO FUNDAMENTO PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM DIREITO COMPARADO .....	13
2.1 A evolução da proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro e as primeiras impressões sobre a base legal do legítimo interesse.....	14
2.1.1 Da privacidade à proteção de dados .....	14
2.1.2 O desenvolvimento da legislação e da jurisprudência no Brasil .....	21
2.1.3 A Lei Geral de Proteção de Dados.....	45
2.1.4 A base legal do legítimo interesse do controlador ou de terceiros .....	59
2.2 O desenvolvimento do modelo europeu de proteção de dados pessoais e a aplicação do legítimo interesse na União Europeia .....	69
2.2.1 As raízes do direito à proteção de dados pessoais e da autodetermi- nação informativa na Alemanha .....	69
2.2.2 O modelo europeu de proteção de dados e as recentes reformas.....	80
2.2.3 O legítimo interesse como fundamento para o tratamento de dados pessoais na Diretiva 95/46/CE e o Parecer 06/2014 do Grupo de Trabalho do Artigo 29 .....	89
2.2.4 Novas propostas de sistematização do teste de proporcionalidade e o legítimo interesse no RGPD .....	96

3. A CONCREÇÃO DO LEGÍTIMO INTERESSE NO CENÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA EUROPEIA.....	105
3.1 Os ensinamentos da União Europeia .....	105
3.1.1 A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia .....	106
3.1.2 Controvérsias acerca do uso da base legal e os casos Google e Facebook .....	121
3.1.3 O papel das autoridades de proteção de dados europeias .....	130
3.2 Caminhos e fronteiras para o uso da base legal do legítimo interesse no ordenamento jurídico brasileiro.....	136
3.2.1 Desafios do legítimo interesse no âmbito nacional e caminhos para aplicação do teste de proporcionalidade .....	137
3.2.2 A vulnerabilidade do consumidor em relação ao tratamento de seus dados pessoais e o diálogo entre a Lei Geral de Proteção de Dados e o Código de Defesa do Consumidor .....	145
3.2.3 A boa-fé objetiva e as fronteiras do legítimo interesse .....	155
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	183